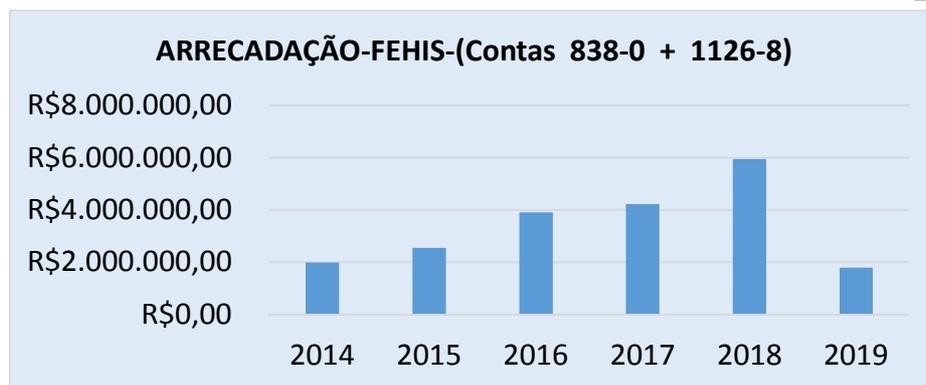


ATA DA 55ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO GESTOR DO FUNDO DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL DE MS/CONGFEHIS-MS, REALIZADA NO DIA 11 DE ABRIL DE 2019, NA SALA DE REUNIÕES DA AGEHAB-MS.

Aos onze dias do mês de abril de 2019, reuniram-se na sala de Reuniões da AGEHAB-MS, em Campo Grande/MS, os Membros do Conselho Gestor do Fundo de Habitação de Interesse Social - CONGFEHIS/MS: **Maria do Carmo Avesani Lopez** – Agência Estadual de Habitação Popular de MS – AGEHAB/MS; **Erika Suemy Sakai** – Agência Estadual de Habitação Popular de MS – AGEHAB/MS; **Leonardo Toste Palma** – Secretaria de Estado de Meio Ambiente, Desenvolvimento Econômico, Produção e Agricultura Familiar; **Adriano Chadid Magalhães** – Secretaria de Estado de Direitos Humanos, Assistência Social e Trabalho; **Danilo Kayatt Lacoski** – Secretaria de Estado de Fazenda; **Gisela Luzia Fernandes** – Secretaria de Estado de Infraestrutura; **Edson Ageo Maidana Nunes e Valdo Pereira de Souza** - Federação das Associações de Moradores do Estado do Mato Grosso do Sul/FAMEMS; **Edymar Fernandes Cintra** - Sociedade de Apoio a Luta pela Moradia – SAM/MNLM; **Tânia Maria de Souza Marques e César Magalhães de Souza** - Secretaria Executiva do CEC. A **55ª Reunião Ordinária** do Conselho Gestor do Fundo de Habitação de Interesse Social/CONGFEHIS teve como pauta: **Abertura; Informes; Aprovação da Ata 54ª Reunião Ordinária do CONGFEHIS; Apresentação da Arrecadação FEHIS/Morar Legal/Taxas de Despesas Operacionais de fevereiro e março/2019; Posse de Conselheiro; Proposta de investimento para 2019; Definição de pauta para próxima Reunião; Encerramento.** A **Senhora Maria do Carmo** cumprimentou a todos, fez a abertura da Reunião e passou para os **Informes**: Explicou que antecipou a data da reunião pela necessidade de aprovar alguns investimentos. Perguntou se os Conselheiros tinham informes. Não houve manifestação dos presentes. Em seguida, passou para a **Aprovação da Ata 54ª Reunião Ordinária Ordinária do CONGFEHIS**. Não houve nenhuma contestação/sugestão dos presentes e, a Ata foi aprovada. Prosseguindo passou para **Posse de Conselheiros**: A **Senhora Maria do Carmo** deu posse à servidora **Erika Suemy Sakai** que irá substituir a Conselheira Cynara Okuhira que se desligou da empresa. Dando continuidade, a **Senhora Maria do Carmo** passa para a **Apresentação da Arrecadação FEHIS/MORAR LEGAL e TAXAS de Despesas Operacionais dos meses de fevereiro e março**:

MESES	FEHIS VALOR	MORAR LEGAL VALOR	TAXAS VALOR	TOTAL
Janeiro/2019	R\$ 269.519,98	R\$ 299.324,42	R\$ 20.784,68	R\$ 589.629,08
Fevereiro/2019	R\$ 292.124,45	R\$ 324.103,89	R\$ 20.128,47	R\$ 636.356,81
Março/2019	R\$ 273.005,74	R\$ 337.609,68	R\$ 20.425,98	R\$ 631.041,40
TOTAL	R\$ 834.650,17	R\$ 961.047,99	R\$ 61.339,13	R\$ 1.857.037,29

Demostrou também um gráfico com o crescimento da arrecadação no período de 2014 a 2018 e ainda os 03 meses de 2019, que é fruto de um trabalho de conscientização dos beneficiários.



Prosseguindo a **Senhora Maria do Carmo** apresenta a **Proposta de investimento para 2019**: Explicou que mais do que nunca estamos precisando dos recursos do FEHIS, que o estado está com a situação financeira bem comprometida e que o Governador do Estado está realizando um enxugamento muito grande em todos os aspectos. Que todos os contratos dos prestadores de serviços foram reduzidos. Que necessitamos manter a qualidade da máquina com custo menor, porém sem perder a eficiência.

PROPOSTA DE INVESTIMENTOS 2019 - Reunião CONGFEHIS 11/04/19						
MODALIDADE	MUNICIPIO	EMPREEND.	QTDE	VALOR R\$	QTDE TOTAL	VR TOTAL R\$
moradia precária	Caracol		10	R\$ 290.000,00		
moradia precária	Deodápolis		4	R\$ 116.000,00		
moradia precária	Naviraí - diferença de aprov. reunião nterior		16	R\$ 96.000,00		
moradia precária	Nova Andradina		2	R\$ 58.000,00		
moradia precária	Vicentina		1	R\$ 29.000,00	33	R\$ 589.000,00
lote urbanizado	Deodápolis		42	R\$ 575.400,00		
lote urbanizado	Tacurú		22	R\$ 310.200,00		
lote urbanizado	Terenos		40	R\$ 548.000,00		
lote urbanizado	Paranaíba		40	R\$ 548.000,00	144	R\$ 1.981.600,00
infraestrutura	Amambai - Muro de Arrimo			R\$ 490.000,00		R\$ 490.000,00
kit cobertura lote urbanizado	Jateí		30	R\$ 180.000,00		
kit cobertura lote urbanizado	Maracaju		38	R\$ 202.179,00		
kit cobertura lote urbanizado	Santa Rita do Pardo		10	R\$ 52.655,00		
kit cobertura lote urbanizado	Sonora		49	R\$ 248.454,50		
kit cobertura lote urbanizado	Tacuru		22	R\$ 117.601,00		
kit cobertura lote urbanizado	Taquarussu		40	R\$ 212.820,00		
kit cobertura lote urbanizado	Três Lagoas		146	R\$ 841.909,00		
kit cobertura lote urbanizado	Ribas do Rio Pardo		192	R\$ 894.048,00	527	R\$ 2.749.666,50
TOTAL			704		704	R\$ 5.320.266,50

Saldo total com arrecadação até 31 de março/19	R\$ 5.721.145,11
Comprometido	R\$ 2.930.000,00
Saldo não comprometido	R\$ 2.791.145,11
Previsão de arrecadação de abril, maio, junho, julho, agosto	R\$ 2.750.000,00
Saldo disponível + Arrecadação até agosto/19	R\$ 5.541.145,11

Na **modalidade Moradias Precárias**, explanou que é um projeto excelente e que gostaria de realizar em todos os municípios, pois a família fica consolidada naquele local. Que em Caracol já foram substituídas 10 moradias e foi solicitado mais 10. Comunicou que em Deodópolis, o trabalho desenvolvido sobre Regularização Fundiária e recuperação de créditos (pagamento de prestações) tem sido surpreendente. **Em Naviraí**, já aprovamos essas 16 unidades, no entanto foi necessário adequar os preços, por isso estamos trazendo a diferença para aprovação. **Nova Andradina** acrescentamos mais duas unidades e **Vicentina**, somente uma unidade, mas de suma importância, pois a família se encontra numa situação muito triste. Quanto aos **lotes urbanizados**, pretendemos executar em quatro municípios, num total de 144 unidades. Quanto aos **kits de cobertura** dos lotes urbanizados, tínhamos aprovado no ano passado, agora que terminamos a licitação e até a próxima semana será publicado, e acrescentamos Tacurú, Três Lagoas e Ribas do Rio Pardo. O que aprovamos no ano passado foram os seguintes Municípios: Amambai, Bataguassú, Caracol, Corguinho, Corumbá, Figueirão, Iguatemi, Jaraguari, Nioaque, Nova Andradina, Santa Rita do Pardo, Sidrolândia e Porto Murinho. Explicou que o valor total das propostas, é de **R\$ 5.320.266,50**. Que temos na conta corrente **R\$ 2.791.145,11** não comprometido. **R\$ 2.930.000,00** comprometido. Demonstrou que fez uma previsão de arrecadação de abril a agosto/2019, **R\$ 550.000,00** ao mês, por segurança, porém temos arrecadado mais. Até agosto temos o valor necessário para aprovação das propostas apresentadas. Os **Conselheiros presentes aprovaram as propostas**. Após, a **Senhora Maria do Carmo** informou que novamente haverá o curso de Regularização Fundiária nos dias 22 e 23 de maio/2019. Propôs que mais 09 (nove) Conselheiros pudessem participar do curso, custeado com recursos do FEHIS. Que o valor é de **R\$ 1.650,00** por pessoas, totalizando **R\$ 14.850,00**. Os Conselheiros presentes aprovaram a proposta. A **Senhora Maria do Carmo** solicitou apoio dos Conselheiros, para a realização do trabalho de conscientização dos beneficiários, para realizar o pagamento das prestações dos seus imóveis. Informou que Ladário é o município mais crítico. Que será necessário um trabalho diferenciado. Propôs abertura de processo para custear despesas. A **Conselheira Edymar** se manifestou favorável e juntamente com a equipe da AGEHAB, elaborar um roteiro exequível, dentro da realidade. Que o recurso do FEHIS pode custear as despesas dos Conselheiros. Que em Três Lagoas e Bataguassú se propõe a realizar a cobrança. Com essa campanha podemos alimentar o FEHIS. A **Senhora Maria do Carmo** ressalta que os imóveis do Novo habitar, que no município de Ladário, a situação é grave, pois os beneficiários não estão sensíveis a questão. Que podemos abrir um processo para custear despesas de deslocamento e diárias e realizar uma campanha juntamente com os Conselheiros. Que pode verificar a possibilidade de também remunerar o Conselheiro pelo

trabalho executado. Novamente relatou o problema dos endereços. Que as Prefeituras Municipais não identificaram as ruas e números das casas. Ainda constam quadra e lote. Que temos que pensar como identificar esses imóveis. Solicitou apresentar uma proposta para trabalhar com entidades sem fins lucrativos, para realizar uma campanha e conscientização dos beneficiários inadimplentes. Ainda abordou sobre a Audiência Pública em Caarapó, ocorrida naquela semana. Que enfrentou uma grande resistência por parte dos beneficiários. Que na referida Audiência, estava presente um Defensor Público que estudou, que se capacitou para orienta-los sobre a obrigatoriedade de pagamento das prestações dos imóveis em que ocupam. Em seguida passou para a sugestão de proposta de **Pauta para Proxima Reunião**: Para o **CONGFEHIS** será definida posteriormente. Nada mais a ser tratado, a reunião foi encerrada às 17 horas. Ata redigida por **Tânia Marques e revisada por César Magalhães**.